



João José de Oliveira Negrão (Uniso)

*Hegemonia neoliberal e o
Fórum Social Mundial*



RESUMO

O artigo busca colocar em perspectiva histórica e teórica o pensamento neoliberal, apresenta suas raízes e sua aparição no cenário das orientações políticas dos governos ocidentais. Sua base são as obras do pensador austríaco Friedrich Hayek, do economista norte-americano Milton Friedman e do divulgador francês das idéias neoliberais Guy Sorman. Para a crítica a tal pensamento, usaram-se as obras do sociólogo argentino Atílio Boron, do cientista político polonês Adam Przeworski e do inglês Perry Anderson. Também se recupera aqui a recente história da resistência ao neoliberalismo, que vai desembocar na criação, em 2001, do Fórum Social Mundial. Para esta parte, o artigo vale-se especialmente da obra do brasileiro José Corrêa Leite.

Palavras-chave: neoliberalismo; Fórum Social Mundial; Consenso de Washington; globalização.

ABSTRACT

This article intends to submit in historical and theoretical perspective the neoliberal thought, presenting its roots and appearance in the scenery of the political orientations and of the western governments. Its basis are written works by Friederich Hayek, austrian thinker; Miton Friedman, american economist; and Guy Sorman, french writer that released neoliberal ideas. To criticise this thought are refered the works of Atílio Boron, argentian sociologist; Adam Przeworski, polish political scientist and the english thinker, Perry Anderson. Besides, it also intends to get back the recent history of the resistance to neoliberal thought. This fact will cause the criation of the Worldwide Social Forum, 2001. For this part, this article utilizes specially the work of brazilian thinker José Corrêa Leite.

Keiwords: neoliberalism; Worldwide Social Forum; Washington Consense; globalization.

1. Introdução

O primeiro encontro do Fórum Social Mundial aconteceu em Porto Alegre, no início de 2001. Pensado como o movimento dos movimentos, estruturado horizontalmente, em redes, sem direção centralizada, sem hierarquias internas, sem documentos finais, o FSM nasceu tentando mostrar que “outro mundo é possível”, além daquele então formatado pela globalização neoliberal e pelo pensamento único. Ao contrário, os encontros do Fórum Econômico de Davos, existentes, em 2003, há 31 anos, representavam exatamente esse pensamento único, cristalizado na ideologia neoliberal.

2. O que é o neoliberalismo

O neoliberalismo, especialmente a partir dos governos Ronald Reagan, nos EUA, e Margareth Thatcher, na Inglaterra, adquiriu marcante hegemonia teórica — ainda hoje muito presente — e, com suas idéias a respeito da primazia do mercado e da diminuição do Estado, orienta as decisões de inúmeros governos.

Friedrich V. Hayek escreveu, em 1944, o texto fundante do neoliberalismo. Em *O caminho da servidão* alertava contra os perigos à liberdade econômica e política que qualquer limitação aos mecanismos de mercado, imposta pelo Estado, necessariamente traria. O livro era voltado contra o coletivismo — que, para Hayek, era o tipo de planejamento econômico necessário à realização de qualquer ideal distributivo. Aqui, ele plasmava distintas formas de socialismo, comunismo e nazismo, todas totalitárias, na sua visão, e que se unificavam por seu antiliberalismo, ataques à concorrência e pela busca de uma sociedade planejada. A obra servia ainda como um panfleto contra o crescimento do partido trabalhista inglês, que abrigava, segundo ele, “os totalitários em nosso meio”.

Hayek lamentava que a intervenção governamental na produção e distribuição, justificada durante a guerra, estivesse tornando-se corriqueira. Nisso detectava uma tendência ao socialismo — cujas idéias e teóricos, segundo ele, engendraram o nazismo — e lamentava o abandono, nos assuntos econômicos, dessa “liberdade de ação econômica sem a qual a liberdade política e social jamais existira no passado” (HAYEK, 1990, p. 40). O autor opõe-se a qualquer idéia de planejamento na economia, pois para isso seria necessário um conhecimento que não está disponível. Para ele, o

mundo é movido por leis que os homens não dominam, e tentar superar essa ordem espontânea por uma ordem decretada, que permita construir a sociedade, segundo um plano ordenado, é uma ambição louca, a “ vaidade fatal ” dos intelectuais.

Ele não admite a possibilidade de uma terceira via, o que contemporaneamente chamou-se de economia mista: planejamento centralizado e a competição atomística são princípios opostos, excludentes, e, “ se combinados, nenhum dos dois funcionará efetivamente e o resultado será pior do que se tivéssemos aderido a qualquer dos dois sistemas ” (HAYEK, 1990, p. 62). De acordo com Sorman (1989, p. 53), Hayek entende que existem somente duas interpretações possíveis para a nossa sociedade: o *Kosmos*, que é a ordem amadurecida ou espontânea, a qual percebe o mundo industrial moderno como o resultado de iniciativas individuais espontâneas que se acumularam pelos séculos, numa história que combina essas iniciativas espontâneas com seleção pela experiência; e a *Taxis*, que supõe ser possível dominar as leis do progresso e construir a sociedade de acordo com um plano ordenado. O liberalismo deriva da primeira; o socialismo, da segunda.

Para Hayek é falsa a concepção segundo a qual a complexidade da sociedade e da economia modernas exige algum nível de coordenação e planejamento por parte de uma autoridade central — independente de ser esta autoridade conformada democraticamente ou não — como meio de compensar desajustes do livre mercado. Na verdade, afirma, a concorrência é a melhor forma de coordenação de tal sociedade; já que, como a ninguém é dado avaliar todas as diferentes motivações que os indivíduos levam em conta nas suas decisões, qualquer ‘ controle consciente ’ apenas faria que tal autoridade concentrasse um excesso de poder. Então, ao governo cabe apenas garantir disposições que proporcionem a cada indivíduo as informações de que precisa para ajustar eficientemente suas decisões às dos demais.

Esse governo deve basear-se no Estado de Direito¹, aquele no qual normas formais — que não visam a desejos ou necessidades de pessoas deter-

¹ O Estado de Direito preconizado pelos neoliberais caracteriza-se por: a. Não conceder privilégios a ninguém, assegurando, assim, a igualdade de todos perante a lei, o que implica que nenhum cidadão pode invocar sua condição econômica, social ou política para furtar-se ao cumprimento da lei; b. Assegurar aos cidadãos o governo das leis em lugar do governo dos homens, partidos ou facções, e a cada indivíduo — desde que respeitados os direitos e a liberdade alheios e independentemente de sua raça, de seu sexo, de sua religião e de sua convicção política — a possibilidade de dispor livremente dos bens materiais e culturais

minadas — garantem uma estrutura permanente de leis, em cujo âmbito a atividade produtiva é orientada por decisões individuais. Isso é o oposto do pretendido pelo planejamento, uma vez que, por meio dele, são conhecidos os resultados da política governamental sobre determinados indivíduos, o que retira a imparcialidade do governo.

Disso resulta que

a igualdade perante a lei conflita e é de fato incompatível com qualquer atividade do governo que vise a uma igualdade material ou substantiva intencional entre diferentes indivíduos, e que qualquer política consagrada a um ideal substantivo da justiça distributiva leva à destruição do Estado de Direito (HAYEK, 1990, p. 91).

Para Hayek, então, se se quiser assegurar uma distribuição da riqueza de acordo com um padrão predeterminado, se se pretender estabelecer conscientemente o que caberá a cada um, será necessário planificar todo o sistema econômico. Ele se pergunta se a realização de tal ideal de justiça não resultaria num descontentamento e opressão maiores do que os jamais causados pelo livre jogo das forças econômicas.

Para evitar a opressão, o Estado deve limitar-se a agir somente naquelas esferas nas quais todos os indivíduos concordem ser um objetivo comum; o 'controle consciente' deve restringir-se aos campos em que existe o 'verdadeiro acordo'; os outros devem ser confiados ao acaso. Hayek critica ainda a "ênfase desmedida" no valor da democracia, que seria a responsável pela falsa crença de que enquanto a maioria for a fonte do poder, este não será arbitrário, uma vez que, na verdade, não é a *fonte*, mas a *limitação* do poder que impede o arbítrio.

produzidos por seu próprio esforço; c. Facultar aos cidadãos o livre e imediato acesso aos tribunais encarregados de administrar a justiça, garantindo a todos um processo equânime; d. Garantir, pelo estabelecimento de condições institucionais, a vigência da liberdade no terreno econômico, ensejando a quantos queiram produzir ou trabalhar o livre acesso ao mercado, acesso que não pode ser cerceado por privilégios econômicos de qualquer natureza ou exigências legais e administrativas discriminatórias. Cabe ao mercado harmonizar as ambições e premiar, pelo lucro, o desempenho; e. Reconhecer a propriedade privada como condição fundamental para que os indivíduos possam exercer plenamente o seu direito à vida, à liberdade política e econômica e à busca da felicidade; f. Permitir que os acordos e divergências que ocorram no campo das relações do trabalho sejam tratados e resolvidos de maneira autônoma pelas partes. (Ludwig von Mises, O intervencionismo. In: Antonio Bichir, *Antologia liberal*. São Paulo: Inconfidentes, 1991.

Ele teme a 'ditadura da maioria' que coloque em perigo a propriedade privada, a mais importante garantia da liberdade, porque faz com que os meios de produção fiquem em mãos de muitas pessoas "que agem de modo independente". Ao contrário, se os "meios de produção pertencessem a uma única entidade, fosse ela a 'sociedade' como um todo ou um ditador, quem exercesse esse controle teria poder absoluto sobre nós" (HAYEK, 1990, p. 111). Embora ainda não afirmasse aí claramente, Hayek já sinalizava sua pouca afinidade com a democracia de massas, que anos mais tarde se desnudaria na entrevista que concedeu a *El Mercurio*, jornal conservador chileno: se tivesse de optar entre economia de mercado mais ditadura ou economia com controles e regulações mais democracia, escolheria a primeira opção.²

Este temor à 'ditadura democrática' deriva da visão hayekiana do homem, concepção que herda do liberalismo clássico e que é comum a todos os neoliberais: um indivíduo lançado num mundo cruel que luta, por todos os meios, para se impor e sobreviver. Podemos precisar aqui, então, um contraponto ontológico entre liberalismo e democracia: é possível afirmar, com Bobbio (1989, p. 14), que as relações do indivíduo com a sociedade são vistas pelo liberalismo e pela democracia de modo diverso. Enquanto aquele separa o indivíduo do corpo orgânico da sociedade e o coloca num mundo repleto de hostilidades em luta agressiva pela sobrevivência, a segunda o reúne a outros homens singulares para a construção artificial de um espaço partilhado.

Hayek critica o racionalismo "incompleto e errôneo" do homem moderno, que passou a encarar com "ódio e revolta" as forças impessoais que aceitava no passado, quando, no entanto, segundo ele, foi justamente a submissão às forças impessoais do mercado que permitiu o progresso da civilização que, sem isso, não se desenvolveria. "É, portanto, submetendo-nos que ajudamos, dia a dia, a construir algo cuja magnitude supera nossa compreensão" (HAYEK, 1990, p. 186).

Essa crítica à razão mal encobre, na realidade, uma negação à política, que tem sua existência baseada justamente na afirmação da possibilidade da construção, inter-humana e racional, de um artifício que permita aos homens superar o isolamento e forjar identidades coletivas. Ao contrário disso, Hayek conclui pela impossibilidade de uma ética social ou coletiva,

² Citado por Atílio Boron, *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*. In: Emir Sader, *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

uma vez que não “temos o direito de ser altruístas à custa de terceiros, nem há mérito algum em o sermos quando não existe outra alternativa” (HAYEK, 1990, p. 191). Esta ética coletiva seria, segundo ele, um dos fundamentos da direção planejada da atividade econômica, o que contrasta com o individualismo que coloca o indivíduo como juiz supremo dos próprios objetivos.

O pensamento hayekiano e, por consequência, o neoliberalismo, têm sua gênese no liberalismo clássico. No entanto, podemos, seguindo novamente indicação de Bobbio — que vê uma certa distinção entre liberalismo político e liberalismo econômico (que ele chama de liberismo) — afirmar que o liberismo é a grande fonte do pensamento neoliberal. O liberalismo político tem por eixo os direitos civis, a liberdade religiosa, a pluralidade, enquanto o liberalismo tem a chamada livre iniciativa.

Hayek admite a viabilidade de se combaterem as flutuações da economia e os surtos de desemprego, desde que, segundo ele, se buscasse encontrar a solução definitiva para tal problema no campo da política monetária, o que não implicaria incompatibilidade com o liberalismo. E não como outros, que acreditam nas possibilidades de um programa de obras públicas. Aí, Hayek recomenda enorme cautela, para evitar que a economia dependa crescentemente da alocação e volume dos gastos públicos. Tal política, ainda, poderia provocar “restrições muito mais graves na esfera da concorrência”. É uma crítica, ainda não claramente explicitada, ao keynesianismo³.

O problema maior, no entanto, para Hayek, está na pretensão a um segundo tipo de segurança: a segurança econômica absoluta, que tenta “proteger indivíduos ou grupos contra a redução de suas rendas, contra perdas que impõem duras privações, sem justificação moral, e que, contudo, são inseparáveis do regime de concorrência”. Como exemplo, Hayek cita o caso das inovações tecnológicas que implicam perda do valor de certas habilidades, antes muito reconhecidas em determinados trabalhadores.

³ **Keynesianismo.** Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, e que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, 1936. Tais políticas propunham-se a solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos. As propostas da chamada “revolução keynesiana” foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 30, até o início da Segunda Guerra Mundial. Paulo Sandroni, *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.

A reivindicação deste tipo de segurança é, pois, um outro aspecto da exigência de uma justa remuneração, proporcional aos méritos subjetivos e não aos resultados objetivos do esforço individual. Essa espécie de segurança ou justiça não parece conciliável com a livre escolha da ocupação (HAYEK, 1990, p. 125)

3. A Sociedade de Mont Pelérin

O primeiro e mais imediato objetivo de Hayek foi frustrado: o partido trabalhista inglês (Labour Party) foi vitorioso nas eleições de 1945. As bases do *welfare state* ganham impulso em sua construção na chamada era de ouro do pós-guerra. Remando contra a corrente — o keynesianismo, mais ou menos nuançado, dava o tom nas políticas econômicas de todos os governos ocidentais, então —, Hayek convoca, em 1947, uma reunião entre aqueles pensadores que tinham orientações intelectuais próximas à sua. O resultado do encontro foi a criação de uma Sociedade, que levou o nome da pequena cidade suíça onde se realizou: Mont Pelérin.

Milton Friedman, outro dos grandes mentores da corrente, membro fundador da Sociedade de Mont Pelérin e, com o monetarismo da Escola de Chicago, provavelmente a maior influência do neoliberalismo latino-americano, também sataniza o Estado. Em uma de suas obras mais importantes, *Capitalismo e Liberdade*, escrito em 1962, o futuro ganhador do prêmio Nobel de Economia, em 1974, assim define o papel dos governos:

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedade; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atitudes para evitar o monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista. (FRIEDMAN, 1985, p. 39)

Se for além disso e tentar implementar medidas de justiça distributiva e de ampliação de direitos sociais, o Estado estará, inevitavelmente, invadindo a esfera da liberdade individual e abrindo “o caminho da servidão”.

Para o monetarismo friedmaniano a provisão de dinheiro é o fator determinante do controle do desenvolvimento econômico. As variações da atividade econômica não se explicam por variações de investimento, como querem os keynesianos, mas pelas variações de oferta da moeda. De forma mais simples, segundo o monetarismo, há uma elevação dos preços sempre que os meios de pagamento (ou quantidade de moeda) crescem. Por isso, a inflação resultaria do aumento crescente da quantidade disponível de dinheiro, que corre atrás de uma quantidade de bens e serviços que cresce mais devagar. E o excessivo crescimento de moeda em circulação se deve à necessidade dos governos — que detêm o monopólio da emissão de dinheiro — de financiar seus déficits.

Como conseqüência lógica, se a inflação resulta unicamente dos gastos que os Estados têm para manter suas máquinas e seus programas sociais, para debelá-la é necessário eliminar o déficit e reduzir a quantidade de dinheiro à disposição das empresas e pessoas. Os pesados custos sociais, evidentes em tal decisão de política econômica — por conta da recessão e desemprego aí embutidos —, seriam de curta duração, pois o mercado, desde que livre de amarras e regulações impostas tanto pelo Estado como por outras instituições (sindicatos de trabalhadores, por exemplo), logo encontraria sua tendência natural de equilíbrio, por conta da concorrência entre os indivíduos no mercado

Retornamos, então, à visão idílica do mercado controlado pela 'mão invisível'. Por isso, o monetarismo é, por excelência, a política econômica do neoliberalismo. No entanto, podemos, com Boron, afirmar que a premissa de Friedman se baseia num modelo de economia mercantil simples, no qual produtores diretos que controlam seus meios de produção têm liberdade para decidir se produzem para troca ou para seu consumo próprio (BORON, 1994, p. 59).

Porém, se tal modelo ainda tinha alguma pretensão de validade na fase do capitalismo concorrencial do início do século XIX, hoje, quando o mercado mundial é dominado por monopólios e oligopólios, tal ilusão acerca do mercado auto-regulado reveste-se de uma perspectiva ideológica (no chamado sentido forte do conceito, ou seja, ideologia como mistificação, mascaramento da realidade) que busca abrir caminho para uma outra etapa de acumulação do capital, ao demonizar o Estado e as formas negociadas de regulação, ao negar a Política como espaço de formação de sujeitos coletivos e como possibilidade de construção — conflituosa, sem dúvida — de uma sociedade melhor.

A concepção de Estado, que os neoliberais herdaram do liberalismo clássico, é puramente negativa. Ao contrário, o mercado é, por excelência, o mecanismo mais eficiente para a alocação de recursos. O Estado é tão incapaz para tal tarefa, e a iniciativa privada tão competente para realizá-la, que Friedman, apesar de recusar qualquer monopólio (que inibe a livre concorrência), afirma que, depois de ter estudado as conseqüências do monopólio estatal e do privado, conclui, não sem relutância, que, se tolerável, o monopólio privado pode ser o menor dos males.

Porém, o relativo pouco caso com que Friedman trata os monopólios privados — que, segundo ele, pouco cresceram em importância na economia — muda de tom, quando o assunto são os supostos monopólios na força de trabalho, exercidos pelos sindicatos de trabalhadores que, ao se organizarem por melhores salários, estabelecem padrões diferentes daqueles que seriam fornecidos pelo mercado.

Com isso, ele afirma, prejudicam o público em geral e aos próprios trabalhadores, uma vez que, se, devido à existência dos sindicatos, de dez a quinze por cento dos trabalhadores conquistaram aumentos de dez a quinze por cento em seus salários, na outra ponta entre 85% a 90% dos trabalhadores tiveram seus salários reduzidos em aproximadamente quatro por cento.

Então, de acordo com os neoliberais, foram os trabalhadores, ao se organizarem para combater a exploração do capital e buscarem sua parte nos ganhos advindos dos aumentos de produtividade sistêmica, que provocaram distorções no mercado, geraram desemprego e, com seu 'inaceitável' poder, pressionaram os governos a criar estruturas estatais de bem-estar inflacionárias, que redundaram em uma grande crise, provocada por um Estado excessivo, gerador crescente de demandas para as quais não tem capacidade de resposta, conforme a obra financiada pela Comissão Trilateral⁴, *The crisis of democracy*.

Publicado em 1975, esse livro traz ao público a visão conservadora da chamada crise de governabilidade das democracias contemporâneas que, segundo os autores — Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki — ampliaram em excesso o poder da sociedade — especialmente das classes subalternas — de gerar demandas para as quais o Estado não tem mais capacidade de responder, gerando com isso a crise fiscal.

⁴ A Comissão Trilateral, criada nos anos 70 do século XX, reunia personalidades conservadoras influentes (banqueiros, intelectuais) dos EUA, Europa Ocidental e Japão.

Na crítica ao Estado — qualquer Estado — Friedman recoloca a negação da Política, comum a todos os pensadores neoliberais. Para ele, o mercado é a efetiva representação proporcional, enquanto a política é uma representação limitada, pois, se a representação no mercado permite a unanimidade sem conformidade, a representação política tende a exigir ou reforçar uma conformidade substancial.

Há diferentes correntes no neoliberalismo. Hayek, ao lado de Von Mises, é um dos principais representantes da chamada *Escola Austríaca*. Friedman representa a *Escola de Chicago*. Outras grandes correntes do neoliberalismo teórico são a *anarco-capitalista*, representada por autores como Robert Nozick e Murray Rothbard, que buscam fundamentá-lo eticamente e a *Escola virginiana da escolha pública*, representada por James Buchanan, ambas mais contemporâneas.

No entanto, todas bebem na fonte e têm um diálogo, mais ou menos crítico, com a Sociedade de Mont Pelérin. Eduardo Giannetti Fonseca, num opúsculo escrito em 1994 para o Instituto Liberal, de São Paulo, intitulado *Quem tem medo do neoliberalismo?*, afirma que todas elas se ergueram contra o alargamento das fronteiras econômicas do Estado, o paternalismo e o cerceamento da liberdade individual. Todas elas defenderam o mercado regido pelo sistema de preços contra o planejamento central, a economia mista e o ativismo macroeconômico.

Mas, na verdade, o ideário ultraliberal dos discípulos de Hayek ficou restrito a pequenos círculos, com pouca significação política, durante o período que vai do imediato pós-guerra até meados dos anos 70, a chamada era de ouro do keynesianismo. Neste período, o *welfare state* que, desde o final do século XIX, vinha se construindo em função das lutas reivindicativas dos trabalhadores e das classes populares, consolida-se e amplia-se a democratização do Estado, com a extensão do sufrágio universal e a reivindicação de uma cidadania mais concreta do que aquela, abstrata, que o velho Estado liberal oferecia⁵.

⁵ Sigo aqui a hipótese de T. H. Marshall, que divide o conceito de cidadania em três partes. O elemento civil compõe-se dos direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. O elemento político é o direito de participar no exercício do poder, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo. O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar,

O processo de democratização da sociedade e a ampliação dos direitos sociais e políticos da cidadania — entendida aqui como um conceito mais amplo do que aquele do liberalismo, que reduzia o cidadão ao proprietário — significou a interposição de obstáculos à acumulação ampliada do capital. Há, sinteticamente, duas linhas principais na interpretação do fenômeno do *welfare state*: Buroway e Przeworski (NAVARRO, 1993, p. 138) o entendem como uma solução de compromisso entre a classe trabalhadora e os detentores dos meios de produção, através da qual aquela consente com a instituição da propriedade privada, enquanto estes consentem que, por meio de instituições políticas, os trabalhadores apresentem, eficazmente, suas reivindicações quanto à alocação e distribuição do produto. Para Navarro, as reformas e a expansão do *welfare* não cooptaram os trabalhadores, mas, ao contrário, fortaleceram-nos e permitiram-lhes mais condições de rebelar-se contra o capital.

O fato é que a democratização se ampliou e, conforme Boron, esse democratismo, que em determinado momento se limitou à 'esfera pública', se expandiu

vigorosamente e penetra até o próprio santuário da burguesia: a fábrica. O irresistível avanço da democracia agora desborda os amplos limites do Estado para invadir as áreas 'privadas', outrora a salvo da irrupção do elemento democrático (BORON, 1994, p. 80).

Ainda segundo Navarro, o capitalismo se apercebeu dos riscos que corria, e sua resposta se deu em dois níveis: na produção, com profundas modificações tanto no processo de trabalho como nas relações no interior das empresas, tendo por base uma racionalização técnica (automação e informatização) e uma racionalização administrativo-gerencial (os modelos "japoneses" e outros de gestão), além da produção globalizada, com o deslocamento de postos de trabalho para onde houvesse menos regulações e movimentos sindicais mais frágeis. Houve ainda uma intensa precarização das relações de trabalho, ao lado da economia de mão-de-obra provocada pelo avanço tecnológico.

por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. Quando os três elementos se distanciaram uns dos outros, passaram a parecer estranhos entre si. É possível atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente: os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX. T. H. Marshal, *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

O outro campo de reação do capital foi o político-estatal, com o ataque generalizado ao *welfare state* e seu modelo de regulação social. É nesse quadro que o neoliberalismo — desde o pós-guerra relegado à insignificância política — ressurge e, com suas idéias a respeito do mercado, da concorrência e da diminuição do Estado, serve como um lubrificante teórico-ideológico para fazer funcionar esse contra-ataque do capitalismo em relação às conquistas dos trabalhadores.

Os neoliberais têm regras práticas, voltadas ao que Adam Przeworski chama de “princípio central” de sua economia: a redistribuição de renda em favor do lucro, um custo que a sociedade tem de pagar para produzir taxas mais elevadas de investimento e crescimento econômico. Assim

as políticas da Direita, portanto, destinam-se a aumentar a taxa de lucro efetiva reduzindo drasticamente as taxas nominais de tributação das rendas derivadas da propriedade, cortando gastos públicos não militares, eliminando todas as regulamentações limitadoras do lucro e restringindo o direito de organização e greve dos trabalhadores. Em troca, oferecem a promessa de investimento crescente, melhora da produtividade e aceleração do crescimento (PRZEWORSKI, 1991, p. 252).

De fato, Guy Sorman, em *O estado mínimo*, advoga que

o fundamento da nova fiscalidade liberal consiste em recompensar o esforço como sistema de valor, porque, além da gratificação individual, a sociedade inteira se beneficiará. Esta guerra à progressividade supõe que seja reconhecida a função dos empresários nas sociedades modernas. Nenhuma reforma fiscal de inspiração liberal é viável se não admite a priori que a riqueza das nações tira proveito dos méritos econômicos relativos. O imposto, quando nivela muito as diferenças, cria o tédio, a uniformidade, a apatia econômica e a atonia social (SORMAN, 1988, p. 61).

Outros pontos pregados por Sorman podem resumir-se em: garantir a independência do Banco Central, para proteger a moeda (a manutenção da saúde monetária é uma das poucas tarefas legítimas do Estado); dividir com o setor privado as funções previdenciárias, conservando na esfera pública somente uma rede básica de proteção; estimular, eventualmente com recursos públicos, uma presença maior da empresa privada nos serviços de educação e saúde; eliminar o salário mínimo e pisos salariais, ou deixar que se deteriore, abrindo espaço ao mercado.

4. O consenso de Washington

Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo, máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro, *Latin America adjustment: howe much has happened?*, visava a avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da AL.

John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes. Foi ele ainda quem cunhou a expressão “Consenso de Washington”, através da qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, ao final resumidas nas seguintes regras universais:⁶ 1) disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) privatização, com a venda de empresas estatais; 9) desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10) propriedade intelectual.

Embora tivessem, a princípio, um caráter acadêmico, as conclusões do Consenso acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias às novas re-

⁶ A pretensão à universalidade positivista do receituário do Consenso de Washington ficou clara na participação de Willianson em debate realizado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em seu auditório, no dia 16/08/94. Ali, ele afirmou que os dez pontos tinham sido determinados pelo “bom senso econômico”.

gras. Para garantir e “auxiliar” no processo das chamadas reformas estruturais, o FMI e demais agências do governo norte-americano ou multilaterais incrementaram a monitoração — novo nome da velha ingerência nos assuntos internos — das alterações “modernizadoras”.

Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. No entanto, conforme o ex-embaixador Paulo Nogueira Batista,

apresentado como fórmula de modernização, o modelo de economia de mercado preconizado no Consenso de Washington constitui, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial caracterizado por empresas de pequeno porte e fornecedoras de produtos mais ou menos homogêneos. O modelo é o proposto por Adam Smith e referendado com ligeiros retoques por David Ricardo faz dois séculos. Algo que a Inglaterra, pioneira da Revolução Industrial, pregaria para uso das demais nações mas que ela mesma não seguiria à risca. No Consenso de Washington prega-se também uma economia de mercado que os próprios Estados Unidos tampouco praticaram ou praticam (...). O modelo ortodoxo de *laissez-faire*, de redução do Estado à função estrita de manutenção da “lei e da ordem” — da santidade dos contratos e da propriedade privada dos meios de produção — poderia ser válido no mundo de Adam Smith e David Ricardo, em mercados atomizados de pequenas e médias empresas gerenciadas por seus proprietários e operando em condições de competição mais ou menos perfeita; universo em que a mão-de-obra era vista como uma mercadoria, a ser engajada e remunerada exclusivamente segundo as forças da oferta e da demanda; uma receita, portanto, de há muito superada e que pouco tem a ver com os modelos modernos de livre empresa que se praticam, ainda que de formas bem diferenciadas, no Primeiro Mundo (BATISTA, 1995, p. 119-120)

5. O neoliberalismo no Brasil

Alternativas políticas amparadas no ideário neoliberal já vinham se manifestando no Brasil desde o fim do regime militar, como resposta à crise dos governos dos generais. Com o fim da ditadura, duas vertentes se articularam para a sucessão do presidente-general João Figueiredo. De um lado, forças ligadas ao nacional-desenvolvimentismo, que vêem o Estado como centro planificador do desenvolvimento, unem-se em apoio à candidatura de Tancredo Neves.

Num outro pólo, consolida-se uma vertente neoliberal, que achava que a saída da crise viria da quebra da intervenção estatal e pelo aprofundamento dos mecanismos de mercado. Além disso, segundo essa visão, o Brasil deveria abrir-se à divisão internacional de trabalho e permitir a entrada de produtos estrangeiros. Paulo Maluf foi seu representante político no quadro sucessório de então.

Tancredo ganhou, mas não tomou posse. Assumiu o então vice-presidente José Sarney, que mantém, inicialmente, o ministério desenhado pelo próprio Tancredo. Na área econômica, esse ministério era marcado por uma dualidade: no Planejamento estava João Sayad, economista heterodoxo, próximo à social-democracia e que, anos mais tarde, viria a compor o secretariado da prefeita petista Marta Suplicy, em São Paulo. Em 2005, Sayad foi o candidato, derrotado, do governo brasileiro à presidência do BID.

Para a pasta da Fazenda foi Francisco Dornelles, economista ortodoxo, identificado com o receituário recessivo do FMI. A queda-de-braço dura até a demissão de Dornelles, substituído pelo então empresário Dílson Funaro. Com isso, os neoliberais perdem espaço no governo.

Mas uma certa ortodoxia voltaria em breve, com a substituição — após o fracasso do Plano Cruzado — de Funaro por Bresser Pereira e, de maneira ainda mais acentuada, com a troca deste por Maílson da Nóbrega, de viés ainda mais ortodoxo e monetarista.

Se, no Brasil, o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço, é no período Collor que efetivamente ele se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos, da grande imprensa, de setores significativos do pequeno e médio empresariado e até de uma parcela do movimento organizado dos trabalhadores, identificada com a central Força Sindical.

O mote de Collor era a “modernidade”. Isso significava abertura da economia ao capital externo, reforma do Estado com diminuição do seu papel e ampliação do espaço das relações de mercado, através da privatização de empresas estatais e liberalização do comércio exterior. A corrupção desenfreada e o conseqüente impeachment de Fernando Collor de Mello, em setembro de 1992, não alteraram, no aspecto ideológico, as opções desenhadas.

Após um breve período de dois anos de governo Itamar Franco, ganhou as eleições e assumiu a presidência Fernando Henrique Cardoso. O neoliberalismo ganhou um representante mais sofisticado intelectualmente, com perfil de estadista e passado de esquerda, além de uma invejável produção teórica no campo das ciências sociais, e continuou definindo os rumos do

País. E mesmo o governo Lula não rompeu completamente com os cânones do neoliberalismo: sua política monetária, com a manutenção de uma taxa básica de juros das mais altas do mundo, como forma de combate à inflação, está dentro daqueles parâmetros

6. Não ao neoliberalismo

Nas décadas de 80 e 90, o neoliberalismo reinou quase absoluto. As esquerdas tradicionais, comunista e social-democrata — abaladas ambas, ainda que em grau e intensidade diferentes, pela queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética no final dos anos 80 — estavam num processo de tentar entender o novo contexto histórico. Triunfantes, pensadores identificados com o neoliberalismo chegaram a proclamar o fim da História, afirmando que a humanidade tinha chegado ao Estado Universal hegeliano⁷, enquanto as regras de abertura dos mercados, liberalização econômica, desregulamentação, privatização e redução dos gastos sociais eram sancionadas pelos órgãos multilaterais, como o FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo G-8 (grupo dos oito países mais ricos do mundo).

As oposições à agenda destrutiva do neoliberalismo estavam fragmentadas e fragilizadas, mas em meados dos anos 90, diferentes movimentos sociais — sindicalistas, ecologistas, feministas, étnicos — começam a colocar-se e buscar formas de articulação capazes de fazer frente ao novo quadro da correlação de forças mundial. Em 94, no dia marcado para entrar em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o até então desconhecido Exército Zapatista de Libertação Nacional, liderado pelo subcomandante Marcos, promove uma sublevação popular na região de Chiapas, a mais pobre do México. Em 96, o EZLN promove, na selva da Lacandona, com quatro mil participantes, o I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo.

Nos países mais ricos, os trabalhadores e seus sindicatos também questionam o modelo em vigor. Na França, em 1995, realizam uma greve gigantesca, que paralisa os serviços públicos; algo incomum, os trabalhadores da Coreia do Sul, em 1997, paralisam inúmeras empresas privadas. Por seu

⁷ Francis Fukuyama, *O fim da História e o último homem*. São Paulo: Rocco, 1992.

turno, ONGs e ambientalistas ampliam sua articulação internacional e aprofundam o diálogo com outros setores.

Essa articulação dos que promoviam uma resistência ao neoliberalismo vai ter um marco importante em 1999. Nesse ano, em Seattle, nos Estados Unidos, no início da terceira reunião ministerial da OMC, 50 mil manifestantes tomaram as ruas da cidade, protestando contra a liberalização comercial. Para muitos — e para a grande mídia internacional — uma absoluta novidade. Para Susan George (apud LEITE, 2003, p. 44-45)

o sucesso do movimento cívico em Seattle não constitui um mistério senão para aqueles que não contribuíram para ele. Graças sobretudo à internet, dezenas de milhões de adversários da OMC estavam organizados no terreno nacional e internacional, sem exclusões, ao longo de todo o ano de 1999. Com a condição de ter acesso a um computador e dominar um pouco de inglês, qualquer um podia ter acesso aos lugares da primeira fila e participar do avanço rumo a Seattle.

Outro momento significativo do desenvolvimento desse movimento global aconteceu em abril de 2000, quando mais de 30 mil manifestantes se reuniram em Washington, onde ocorria a reunião de primavera do FMI. Aí, segundo Leite,

novamente tiveram papel destacado os sindicalistas da AFL-CIO, principalmente metalúrgicos e do setor de comunicação, e a juventude, organizada por grupos de afinidade, coordenados em assembléias de porta-vozes. Também tiveram papel ativo os militantes do *Jobs with Justice*, uma organização criada para articular os movimentos de universitários, desempregados e trabalhadores precários, e as diversas ONGs envolvidas com a luta contra a *corporate globalization* (LEITE, 2003, p. 53).

Em setembro do mesmo ano, os protestos pipocaram em várias partes do mundo: no dia 8, em New York, no Encontro do Milênio das Nações Unidas; dia 11, em Melbourne, numa reunião regional do FMI; e no dia 26, em Praga, na reunião anual do FMI e do Banco Mundial, mais de 50 mil pessoas manifestaram-se contra a globalização neoliberal.

Os protestos cresciam e, com eles, a necessidade de uma maior articulação entre os movimentos. Já no começo de 2000, ainda sob os efeitos dos eventos de Seattle, os brasileiros Oded Grajew, da ONG Cives (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania), e Francisco Whitaker, da Comis-

são Brasileira de Justiça e Paz, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a partir de uma idéia do primeiro, começam a pensar na criação do Fórum Social Mundial. Na França, procuram por Bernard Cassen, diretor do *Le Monde Diplomatique* e presidente da ATTAC — Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos, que se entusiasma com a proposta.

Em 28 de fevereiro de 2000, reuniram-se, em São Paulo, representantes de oito entidades, que firmaram um acordo de cooperação para a realização do Fórum Social Mundial: Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais); ATTAC; Comissão Brasileira de Justiça e Paz; Cives; CUT (Central Única dos Trabalhadores); Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas); CJG (Centro de Justiça Global); e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

No mês seguinte, são procurados o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, e o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, ambos do PT, que se dispõem a acolher o encontro do Fórum. Em junho, a proposta é levada a Genebra, onde — antes de um novo protesto — ocorreria uma conferência com cerca de 500 representantes de movimentos de resistência à globalização neoliberal. A adesão é ampla.

Finalmente, Porto Alegre vê acontecer, em 2001, o primeiro encontro do Fórum Social Mundial. Sob o lema “um outro mundo é possível”, reuniram-se, entre 25 e 30 de janeiro, quatro mil delegados e 16 mil participantes credenciados de 117 países, números acima do esperado pelos organizadores. Para Leite, membro da Secretaria e do Conselho Internacional do FSM,

o resultado do conjunto de atividades realizadas, que marcavam o caráter multifacetado e plural do Fórum, foi um importante reforço da moral e do espírito de luta do movimento mundial contra o neoliberalismo. Representava uma quebra com o pensamento único e o contato com uma enorme diversidade de atores sociais e políticos e de debates. Reforçava a articulação das lutas e construía uma maior identidade política entre aqueles que buscavam uma alternativa ao neoliberalismo (LEITE, 2003, p. 67).

Assim, ganhava corpo o processo de construção de uma contra-hegemonia. A concepção neoliberal já não reinava absoluta. A idéia de que existiam alternativas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais aos rumos que o mundo vinha tomando nas últimas décadas já não parecia tão distante. Leite (2003, p. 11) desenha com precisão esse momento histórico,

ao afirmar que “a globalização neoliberal fora, afinal, apresentada ao seu outro reprimido, ao fantasma capaz de assombrá-la”.

Mas o FSM também rompe com certas formulações organizacionais da esquerda tradicional. Ele não é uma nova internacional e se recusa a assumir o papel de direção dos movimentos que dele participam; o que busca é incorporar — de modo plural — setores sociais que se identifiquem com a luta contra o neoliberalismo e contra a guerra. Ele não tem um programa pronto e acabado, ao qual pessoas ou grupos podem aderir, como é o caso dos partidos políticos, mas constitui um espaço de articulação e de encontros dos muitos que querem um mundo mais justo, “um outro mundo possível, onde caibam muitos mundos”.

Em 2001 foi lançada a semente. Nos anos seguintes, os encontros do Fórum Social Mundial reuniram cada vez mais gente, disposta à resistência contra o neoliberalismo. Em 2002, foram mais de 60 mil participantes. Só de delegados, o número passou dos quatro mil anteriores para 15 mil. Em 2003 foram 100 mil pessoas.

Esse encontro teve uma novidade fundamental: coincidiu com o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, um partido de esquerda, impulsionador do FSM que, pela via eleitoral e com alianças políticas com partidos de centro, chegava à presidência do Brasil pouco antes de completarem-se 20 anos do fim da ditadura militar no país.

Em 2004, o encontro do Fórum Social Mundial saiu de Porto Alegre, capital gaúcha, aconteceu na Índia, e reuniu 100 mil pessoas. Mas em 2005 voltou para seu berço e reuniu 155 mil inscritos. É possível que os próximos encontros — até pelo crescimento do número de participantes e os problemas logísticos que isso gera — se desdobrem em diferentes cidades.

Mas o processo contra-hegemônico também avança no campo dos governos: em meados da década, temos, na América do Sul, conquista de governos por partidos ou coalizões que se colocam no campo da crítica às políticas neoliberais, embora, pelas correlações de força dadas, ainda adotem políticas econômicas com viés ortodoxo.

Mas, inegavelmente, as eleições de Lula, no Brasil, Kirchner, na Argentina, Chávez, na Venezuela e, mais recentemente, Tabaré Vazques, no Uruguai — ao lado de outras na Europa, como a volta dos socialistas ao poder em Portugal e Espanha —, contribuem para mostrar o enfraquecimento da hegemonia neoliberal que, embora ainda não tenha sido completamente derrotada, vem sendo seguidamente batida no campo eleitoral.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Paulo Nogueira et al. *Em defesa do interesse nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BICHIR, Antonio (org.). *Antologia liberal*. São Paulo: Inconfidentes, 1991.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy*. New York: New York University Press, 1968.
- FONSECA, Eduardo Giannetti. Quem tem medo do neoliberalismo? *Idéias liberais*, n. 13. São Paulo: Instituto Liberal, 1994.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- NAVARRO, Vicente. Produção e estado de bem-estar. O contexto político das reformas. São Paulo, *Lua nova*, n. 28/29, p. 157 –199, mai. 1993.
- NEGRÃO, João José de O. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher, 1998.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. A falácia neoliberal. São Paulo, *Lua nova*, n. 28/29, mai. 1993.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SALLUM JR., Brasília. Transição política e crise de Estado. São Paulo, *Lua nova*, n. 32, set. 1994.
- SORMAN, Guy. *O estado mínimo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.
- _____. *A solução liberal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1989.

Endereço do autor:

Rodovia Raposo Tavares, Km 92,5

Sorocaba, SP

CEP 18023-000

E-mail: joao.negrao@uniso.br